

Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

SÍNTESE ANALÍTICA DE EDITAL RETIFICADO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022

CLÁUSULAS	CONDIÇÕES INICIAIS
01	Preâmbulo
02	Objeto e das definições
03	Condições de Participação
04	Do Credenciamento dos Representantes
05	Da Forma de Apresentação das Propostas e Documentos de Habilitação
06	Da Apresentação da Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação
07	Da Proposta
08	Dos Documentos de Habilitação
8.2	Habilitação Jurídica
8.3	Habilitação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista
8.4	Habilitação Econômico Financeira
8.5	Habilitação Técnica
8.6	Documentação Complementar
8.7	Participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte
8.8	Disposições Gerais da Habilitação
9	Do Recebimento e Abertura dos Envelopes
10	Do Julgamento
11	Dos Recursos Administrativos
12	Das Condições Contratuais
13	Do Preço e do Reajuste
14	Do Recurso Orçamentário
15	Dos Serviços
16	Do Pagamento
17	Das Obrigações das Partes
18	Das Penalidades
19	Da Impugnação do Ato Convocatório
20	Dos Usuários da Ata de Registro de Preços
21	Do Contrato ou Documento Equivalente
22	Da Vigência
23	Do Cancelado do Registro de Preços
24	Da Fiscalização e Recebimento dos Serviços
25	Disposições Gerais
25	ANEXOS
	Anexo I – Descrição do Objeto;
	Anexo II – Modelo de Proposta Comercial:
	Anexo III – Modelo de Proposta Comercial, Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de
	Habilitação e de Inexistência de fatos Supervenientes;
	Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menor;
ANEVOC	Anexo V- Modelo de Carta de Credenciamento;
ANEXOS	Anexo VI – Modelo de Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de poquene porte:
	empresa de pequeno porte;
	Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Parentesco com a
	Municipalidade;
	Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
	Anexo IX – Minuta de Contrato;
	Anexo X – Termo de Referência.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

EDITAL RETIFICADO II DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo de Licitação nº 018/2022

Pregão Presencial nº 015/2022

Forma de Licitação: Pregão Presencial.

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item.

Legislação Aplicável: Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 101/00, Lei Federal nº 12.527/2011, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 0163/2017.

Data e Hora para Recebimento dos Envelopes e dos Documentos de Credenciamento: <u>Até</u> às 09h00min do dia 20 de abril de 2022.

Telefone para Contato: (28) 3543-1711 – ramal 221 (Sra. Carolaine Segal Vieira).

Local: Rua Salomão Fadlalah, 255 Centro – Prefeitura de Ibatiba-ES.

1 – PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE IBATIBA/ES com sede na Rua Salomão Fadlalah, 255 Centro, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 27.744.150/0001-66, CEP 29.395-000, através da Senhora Carolaine Segal Vieira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para ciência dos interessados que atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para o registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba-ES, em regime de empreitada por preço unitário.
- **1.2.** A presente licitação, cujo tipo é o Menor Preço Item, será integralmente conduzida pela Pregoeira **Sr.ª Carolaine Segal Vieira**, assessorada por sua equipe de apoio e regida pela Lei Federal nº 10.520/02, conjugado com o disposto no Decreto Municipal, que regulamenta o Pregão Presencial no âmbito do Poder Executivo e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e posteriores alterações, Lei Municipal nº 242, de 27 de setembro de 2013 e demais normas pertinentes em vigor, consoantes às condições estatuídas neste instrumento convocatório e seus anexos.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **1.3.** Serão observadas na condução dos procedimentos formais e materiais desse processo as regras constantes no Decreto Municipal que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiros e Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibatiba.
- **1.4.** O protocolo dos envelopes e documentos de credenciamento ocorrerá no dia **20 de abril de 2022 até às 09h00**, sendo que a abertura dos envelopes ocorrerá logo após o procedimento de credenciamento, no mesmo dia, na Sede da Prefeitura Municipal de Ibatiba-ES, Rua Salomão Fadlalah, 255 Centro Sala da CPL.
- **1.5.** Não caberá aos participantes da sessão manifestação de intenção de interpor recursos durante o credenciamento, sendo facultada aos credenciados a manifestação de interesse de interpor recurso no momento oportuno declarado pela Pregoeira.
- **1.6.** Caberá à Pregoeira a decisão de suspender a sessão para concluir os trabalhos de credenciamento, podendo retomá-la após conclusão dos trabalhos, não sendo permitida a prorrogação do prazo inicial definido para credenciamento.

2 - OBJETO E DAS DENIFIÇÕES

- **2.1.** Registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba-ES, conforme especificações constantes no anexo I do Termo de Referência.
- **2.2. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP** Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras.
- **2.3. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** Documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.
- **2.4. ÓRGÃO GERENCIADOR** Órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata referente ao Pregão.
- **2.5.** ÓRGÃO PARTICIPANTE Órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e que integra a Ata de Registro de Preços

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO





- **3.1.** Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e/ou estiverem devidamente cadastradas no Setor de Licitação do Município de Ibatiba-ES, assim definidas:
- a) Os itens de nº 01, 03, 05 e 07, da planilha em anexo, serão destinados à Ampla Concorrência (Item correspondente ao percentual de 75% do quantitativo total);
- b) Os itens 02, 04, 06 e 08, da planilha em anexo, serão destinados exclusivamente às ME/EPP como Cota reservada de 25%;
- c) Os demais itens, da planilha em anexo, serão destinados exclusivamente para ME/EPP, considerando que o referido item está abaixo de R\$ 80.000,00;
- **3.2.** Os itens listados acima na alínea "a" serão destinados à participação de todas e quaisquer empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital e seus Anexos.
- **3.3.** Portanto os itens listados acima na alínea "b" serão destinados à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte EPP, ou equiparadas (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no Inciso II do *caput* do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados) do ramo pertinente ao objeto licitado, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.
- **3.4.** Quanto aos itens da alínea "c" **somente poderão participar do certame**, nos termos do Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, **microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, assim caracterizadas nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos
- **3.5.** Os licitantes interessados em participar da presente licitação e que não estiverem cadastradas junto ao Município, poderão, em horário de expediente até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora fixada para a apresentação das propostas, cadastrarem-se, mediante a entrega dos documentos exigidos para habilitação, devidamente autenticados, junto ao Setor de Cadastro para os fins de substituição da documentação exigida pelo Certificado de Registro Cadastral, o cadastramento não é obrigatório para participação do certame.
- **3.6.** A participação na presente licitação pressupõe a aptidão da empresa para a execução do objeto na forma e quantidades previstas no Anexo I do Edital e implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **3.7.** Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em processo de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar junto ao Município de Ibatiba e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.666/93;
- **3.8.** A observância da vedação constante do subitem anterior e as demais declarações que prestar, são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- **3.9.** Em nenhuma hipótese, serão recebidos envelopes de proposta e habilitação após o prazo estabelecido neste Edital. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 3.10. Fica vedada a participação de cooperativas nesta licitação considerando a natureza do serviço e por haver relação de subordinação entre os motoristas e o prestador do serviço, bem como pessoalidade e habitualidade na prestação dos serviços, com fundamento na Súmula nº 281 do TCU.

4 - DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** Os licitantes deverão se apresentar para o credenciamento junto à Pregoeira e equipe de apoio, devidamente munidos de cópia do contrato social e dos documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, da seguinte forma:
- **4.1.1.** Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. No caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.
- **4.1.2.** Tratando-se de procurador, procuração por instrumento público (original ou cópia autenticada) ou procuração particular, ou ainda Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do **ANEXO V**, na qual constem poderes para representar a outorgante em licitações públicas, podendo para tanto formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a certames públicos, acompanhado de correspondente documento, dentre os indicados no subitem anterior, que comprove os poderes do mandante da outorga.
- **4.1.3.** O representante legal e/ou procurador deverá apresentar documento oficial de identificação que contenha foto, podendo ser apresentado por qualquer processo de cópia (legível), autenticada por cartório competente, pela Pregoeira ou servidor designado para tal, nestes últimos casos os originais deverão ser apresentados na fase de Credenciamento a fim de comprovar sua autenticidade.





- **4.1.4.** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **4.1.5.** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.
- **4.1.6.** Além dos envelopes contendo a proposta e documentação para habilitação, os interessados ou seus representantes apresentarão em mãos à Pregoeira do Município de Ibatiba, declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com o inciso VII, Artigo 4º da Lei nº. 10.520/2002, conforme o constante do **ANEXO III.**
- **4.1.7.** As empresas que não se fizerem representar deverão enviar a declaração do item 4.1.6 e 4.1.14, caso seja ME ou EPP, em envelope separado, devidamente assinada pelo sócio ou procurador da empresa (sendo que nesse caso deverá ser juntada a procuração), bem como a cópia do contrato social da empresa.
- 4.1.8. Não será credenciada a empresa que apresentar documento rasurado ou ilegível.
- **4.1.9.** A não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação da licitante no certame, porém impossibilitará o representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.
- **4.1.10.** A Pregoeira deixa claro que não serão fornecidos aos licitantes cópias reprográficas de quaisquer dos documentos solicitados, sendo assim, toda documentação mencionada nos itens acima deverá ser apresentada em via a ser disponibilizada de forma definitiva ao Município de Ibatiba, sob pena de não credenciamento.
- **4.1.11.** A falta de clareza quanto aos poderes necessários à oferta de lances implicará a impossibilidade de o licitante formulá-los.
- **4.1.12.** Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pela Pregoeira (ou servidor especialmente designado para tal).
- **4.1.13.** Todos os documentos relativos ao credenciamento de representantes devem estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos, inclusive a declaração do representante legal da empresa, afirmando que atende todas as exigências de habilitação constante no presente edital.
- **4.1.14.** Se o licitante estiver apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, **deverá** apresentar declaração, conforme modelo do **Anexo VI**, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME),





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do Art. 3º da citada Lei, e de que não está sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste Artigo. **Deverá** apresentar também a **certidão expedida pela Junta Comercial comprovando sua condição**, conforme Art. 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

5 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **5.1.** A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados neste Edital, em 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e rubricados no fecho e atender aos seguintes requisitos:
- **5.1.1**. Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

Envelope 01 – Proposta de Preços

CNPJ:

A Prefeitura Municipal de Ibatiba Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – Ibatiba-ES Processo Licitatório nº 018/2022 Pregão Presencial para Registro de Preço nº 015/2022 Razão Social da Empresa

Enve	lope 0	2 – Do	cumen	tos de	e Habil	ıtaçao
------	--------	--------	-------	--------	---------	--------

A Prefeitura Municipal de Ibatiba Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – Ibatiba-ES Processo Licitatório nº 018/2022 Pregão Presencial para Registro de Preço nº 015/2022 Razão Social da Empresa CNPJ:

6 – APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE HABILITAÇÃO

- **6.1.** Cada licitante deverá apresentar documentos de que trata este Edital.
- **6.2.** No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, os representantes credenciados das Proponentes deverão entregar, simultaneamente, os documentos e as propostas, exigidos no presente edital, em 02 (dois) envelopes fechados, distintos e numerados de 01 e 02 na forma acima especificada.
- **6.2.1.** No ato de entrega dos envelopes de Proposta e Habilitação o representante de cada licitante, deverá entregar aa Pregoeira em separado de qualquer dos envelopes, a Declaração que atende as condições de Habilitação (conforme modelo em anexo), o Credenciamento e a comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (para as licitantes que assim se enquadrarem).

7 - PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta deverá ser apresentada conforme formulário fornecido pelo Município de Ibatiba-ES, (modelo de proposta – **Anexo II**) deste edital, ou em formulário próprio contendo as mesmas





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

informações exigidas no referido formulário, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço unitário e o valor total do item, expresso em reais (R\$), com 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário, em algarismos arábicos, conforme o formulário mencionado acima, devendo todas as folhas ser rubricadas. Na Proposta de Preços deverão conter especificação do produto, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- **7.1.1.** Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, ressaltando-se que manuais catálogos e impressos anexados à proposta não precisam ser assinados e rubricados;
- **7.1.2.** Indicar nome ou razão social da proponente, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e, se houver endereço eletrônico (e-mail), bem como os seguintes dados de seu representante: nome, CPF e cargo na sociedade empresária;
- **7.1.3.** As informações do subitem anterior são imprescindíveis e, caso venham a ocorrer alterações, as mesmas deverão ser obrigatoriamente informadas ao Município de Ibatiba-ES, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Edital;
- **7.1.4.** Constar prazo de validade das condições propostas **não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de apresentação da proposta, não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;
- **7.1.5.** Ser apresentada com cotação de preço fixo e irreajustável, na forma da Planilha de Preços, expressos em R\$ (reais), tanto em algarismos e total geral por extenso, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência;
- **7.1.6.** Consideram-se preços propostos o valor do último lance ofertado para o item.
- **7.1.7.** Constar preço do item e valor total do item, em caso de divergência entre os valores unitários e totais serão considerados os primeiros;
- **7.1.8.** Especificação clara e completa dos itens oferecidos, obedecida à mesma ordem constante deste Edital e seus Anexos, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- **7.1.9.** Todos os licitantes ficam cientes de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas com taxas, impostos, lucros, seguros, fretes e transporte do produto, encargos sociais e demais obrigações necessárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.





- **7.1.10.** A falta de tal declaração será considerada como inclusa no preço toda e quaisquer despesas, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- **7.1.11.** Fazer constar na proposta nome do Banco, número da agência e número da conta para pagamento.
- **7.1.12.** Se não constar na proposta os dados do subitem anterior, deverá ser providenciado pelo licitante vencedor até a data de assinatura do contrato.
- **7.1.13.** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos Consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- **7.1.14.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- **7.1.15.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- **7.1.16.** Devendo especificar o prazo e condições para entrega, conforme Termo de Referência em anexo.
- **7.1.17.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica prevalecerão às da proposta, ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para o item do objeto do edital, será considerado o primeiro.
- **7.1.18.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **7.1.19.** A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com o fornecimento, conforme disposto neste Edital.
- **7.1.20.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório.
- **7.1.21.** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **7.1.22.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados.
- **7.1.23.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.
- **7.1.24.** Em todos os casos, será facultada à Pregoeira negociar diretamente com as licitantes em busca de preço menor.
- **7.1.25.** O objeto desta licitação será adjudicado à licitante que, na ordem de classificação, oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- **7.1.26.** É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme dispõe o Art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A documentação deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste edital e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de inabilitação:

8.2 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **8.2.1.** Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa licitante, podendo ser apresentado por qualquer processo de cópia (legível), autenticada por cartório competente, pela Pregoeira ou servidor designado para tal, nestes últimos casos os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.
- 8.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- **8.2.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **8.2.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **8.2.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

8.2.6. A licitante que já tiver apresentando os documentos referentes à Habilitação Jurídica no credenciamento estará dispensada de apresentá-los dentro do envelope de documentos de habilitação.

8.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- **8.3.1.** Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado (CNAE);
- **8.3.2.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- **8.3.3.** Prova de Regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;
- **8.3.4.** Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- **8.3.5.** Prova de regularidade relativa ao FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) demonstrando situação regular;
- **8.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **8.4.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicilio da pessoa física.
- **8.4.1.1.** Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar junto a sua documentação de habilitação a "sentença homologatória do plano de recuperação".

8.5. – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **8.5.1.** Apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa licitante para a prestação de serviço idêntico ou similar ao objeto da licitação;
- **8.5.2.** Certificado de Registro da Empresa Junto a Agência Nacional de transporte terrestre ANTT/CADASTUR, **para os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08**;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **8.5.3.** Certificado de Registro da Empresa Junto a Agência Nacional de transporte terrestre ANTT, para os itens **09 e 10**;
- **8.5.4.** Declaração de disponibilidade de **veículos e condutores** a serem utilizados na prestação dos serviços objeto deste certame.

8.6 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- **8.6.1.** Declaração assinada por quem de direito, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo do anexo deste edital, conforme modelo do **ANEXO IV**;
- **8.6.2.** Declaração de inexistência de parentesco com a Municipalidade, conforme modelo do **ANEXO VII**;

8.7 - MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- **8.7.1.** Em caso de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, será observado o seguinte:
- **8.7.1.1.** Será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada apresentada por empresa que não estiver amparada por esta lei complementar.
- **8.7.1.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar novo lance de preço no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após a notificação por parte da Pregoeira, sob pena de preclusão.
- **8.7.1.3.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **8.7.1.4.** No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto no item "8.7.1.1", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- **8.7.1.5.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item "8.7.1.2", o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.





- **8.7.2.** Efetuados os procedimentos previstos no item 8.7.1.2 e 8.7.1.3 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, A Pregoeira anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.
- **8.7.3.** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os que apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, serão inabilitadas.
- **8.7.4.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **8.7.5.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a micro empresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, caso apresente alguma restrição pertinente à documentação de regularidade fiscal, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, negativa.
- **8.7.6.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- **8.7.7.** Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pela própria Pregoeira, na hipótese da inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvisos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais.
- **8.7.8.** Se a licitante desatender as exigências licitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pela Pregoeira.
- **8.7.9.** Da sessão do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira, sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **8.7.10.** Os envelopes com os documentos relativos a habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder da Pregoeira, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho pela licitante vencedora, após esse fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas, findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.
- **8.7.11.** Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, será feita pela Pregoeira, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Ibatiba, para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados a assessoria jurídica para apreciação e parecer, na sequência serão devolvidos à Pregoeira, e em caso do não provimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação.

8.8 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- **8.8.1.** Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou pela Pregoeira ou servidor designado para tal, neste último caso os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.
- **8.8.2.** A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei, e também serão verificados por servidores do Município de Ibatiba-ES nos sítios oficiais dos órgãos emissores, que servirão como forma de autenticação.
- **8.8.3.** Em caso de omissão, a Pregoeira admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias de sua apresentação, não se enquadrando no prazo de que trata este item os documentos cuja validade é indeterminada.
- **8.8.4.** Os licitantes poderão se cadastrar previamente no Município de Ibatiba ES e substituir os documentos de habilitação por Certificado de Registro Cadastral CRC, devendo obedecer aos mesmos critérios fixados nos subitens anteriores para tal.
- **8.8.5.** Só será aceito Certificado de Registro Cadastral CRC emitido pelo Município de Ibatiba-ES e não será dispensado no ato do credenciamento declaração de atendimento de todas as exigências de habilitação constante no edital, assim como Declaração de representante do licitante em original.

9 - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciadas, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

Pregoeira, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não previamente credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes:

- **9.1.1.** O credenciamento do representante da empresa, juntamente com os documentos pessoais do mesmo e no caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigentes, sócios ou proprietários da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, extrato consolidado ou da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos a assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- **9.1.2.** Os envelopes de **nº 01 Proposta** e **nº 02 Habilitação** devidamente identificados e lacrados;
- 9.1.3. A Declaração que atende as condições de habilitação;
- **9.1.4.** Declaração e comprovação de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (para as licitantes que assim se enquadrarem), conforme modelo constante deste edital.
- **9.2.** Tão logo tenham sido recebidos os documentos e envelopes acima descritos, a Pregoeira comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- **9.3.** Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, a Pregoeira concluirá o exame dos documentos de credenciamento dos representantes das licitantes, tal como previsto neste edital.
- **9.4.** Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, a Pregoeira promoverá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, conferindo-as e rubricando todas as suas folhas.
- **9.5.** Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

10 - JULGAMENTO

- **10.1.** O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (Classificação das propostas e Habilitação) e obedecerá, quanto à classificação das propostas, ao critério do menor preço por item.
- **10.1.1.** A Pregoeira procederá à abertura do Envelope n° 01 Proposta, julgando-as e classificando-as pelo menor preço por item.v





- **10.1.2.** Durante a etapa de lances não será permitido o uso de celulares para a consulta de preços, quando convocado pela Pregoeira, o licitante que desejar efetuar ligações para consulta de preços, ou estiver ausente da sala de licitações seja qual for o motivo, o mesmo perderá o direito ao lance e será excluído da etapa de lances para aquele item.
- **10.1.2.1.** Somente serão aceitas as consultas efetuadas via telefone na fase de negociação caso o preço do licitante não esteja compatível com o preço médio obtido na consulta ao mercado, quando este tiver interesse em cobrir o preço apurado na pesquisa de mercado.
- **10.1.3.** A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.
- 10.2. Etapa de Classificação de Preços:
- **10.2.1.** Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.
- **10.2.2.** A Pregoeira informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- **10.2.3.** A Pregoeira fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.
- **10.2.4.** A Pregoeira classificará a proposta de menor preço para cada item, e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- **10.2.5.** Quando não houver, pelo menos, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas acima da de menor preço, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais.
- **10.2.6.** Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, onde a Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados de forma sequencial a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- **10.2.7.** A Pregoeira convidará os representantes das licitantes classificadas (para os lances verbais), a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escritas classificada como menor preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **10.2.8.** Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item e a documentação de habilitação será aberta após a realização de lances de todos os itens previstos neste edital.
- **10.2.9.** A desistência em apresentar lance verbal, para determinado item, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais para aquele item, ficando sua última proposta registrada para classificação, na final da etapa competitiva.
- **10.2.10.** Caso não se efetive nenhum lance verbal, será verificado a compatibilidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **10.2.11.** Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivada e expressamente a respeito.
- **10.2.12** Se a oferta não for aceitável, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao Edital.
- **10.2.13.** Nas situações previstas nos subitens 10.2.10 e 10.2.12, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido o melhor preço para a administração.
- **10.2.14.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente ás sanções administrativas constantes deste Edital.
- **10.2.15.** Será desclassificada a proposta que contiver preço ou prestação dos serviços condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão.
- **10.2.16.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Ao final da sessão, depois de declarada a licitante vencedora do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, protocolizando no endereço discriminado no subitem 11.4 deste edital, ou ainda encaminhando através do endereço eletrônico: setordelicitacaoibatiba@gmail.com, o recurso deverá ser entregue e/ou protocolado até o final do expediente da Prefeitura Municipal de Ibatiba-ES do terceiro dia útil previsto para a apresentação do recurso ficando os demais licitantes desde logo





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- **11.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira à licitante vencedora.
- **11.3.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **11.4.** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Ibatiba, na Rua Salomão Fadlalah, 255 Centro, na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- **11.5.** A fase recursal deverá ser formalmente anunciada pela Pregoeira, que consultará as licitantes representadas sobre sua intenção de recorrer ou não, e declarará, expressamente, que só serão conhecidos os recursos interpostos antes do término da sessão.

12 - CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- **12.1.** As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre o Município e a licitante vencedora, serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, observandose as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.
- **12.2.** O Município convocará formalmente a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preço e/ou Contrato, que deverá comparecer dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 desta Lei;
- 12.3. Para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou documento equivalente ao objeto desta licitação, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos
- **12.3.1.** Certificado de Registro da Empresa junto à CETURB/ES (Companhia de transportes coletivos de passageiros do Estado do Espírito Santo), **somente para os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08,** com base na Norma Complementar CETURB nº 2/2012 c/c Lei Complementar Estadual nº 877/2017;
- **12.3.2.** A empresa deverá ter disponibilidade, no momento da assinatura do contrato e/ou documento equivalente, **em nome da empresa**, de no mínimo:
 - 01 (um) veículo que comporte de 01 até 07 pessoas;
 - 04 (quatro) veículos que comportem de 09 até 16 pessoas;





- 01 (um) veículo que comporte de 17 até 26 pessoas;
- 03 (três) veículos que comportem de 26 até 40 pessoas;
- 01 (um) veículo do tipo Guincho Caminhão Truck com guincho veicular;
- •01 (um) veículo do tipo Caminhão Guincho, Pequeno, Tipo Plataforma com rodagem Traseira Simples.
- 12.3.3. A comprovação será feita através do CRLV de cada Veículo;
- **12.3.4.** Será necessária a apresentação de Certificado de Vinculação ao Serviço CVS emitido pela CETURB/ES dos veículos apresentados pela empresa, conforme veículo e quantitativos acima descritos, **somente para os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08**;
- **12.3.5.** Cópia de documento referente ao seguro de passageiros e terceiros, compreendendo todos os veículos dos quais a empresa sagrar-se vencedora, juntamente com o último comprovante de pagamento vigente;
- **12.3.6.** Apresentar resultado de exame toxicológico dos motoristas realizado nos últimos 6 (seis) meses;.
- **12.3.7.** Curso de transporte coletivo de passageiros dos motoristas.
- 12.4. Em se tratando de empresa a licitante deverá comprovar a vinculação profissional de todos os motoristas pertencentes ao quadro técnico, em que se fará da seguinte forma:
 - a) Empregado: cópia autenticada da "ficha ou livro de registro de empregados", onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados ou cópia da carteira de trabalho;
 - b) Em obediência a Súmula 331 TST, o Município, fiscalizará se os funcionários (MOTORISTAS) disponibilizados para prestação dos serviços contratados possuem vínculo empregatício com a empresa contratada, bem como, o correto pagamento de benefícios estabelecidos em convenção coletiva ao qual estejam vinculados os funcionários.
 - c) **Sócio**: Cópia do Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrado;
 - d) Diretor: Cópia do Contrato Social ou alteração contratual, em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade Anônima;
- **12.5**. Apresentação de cópia da CNH na categoria D ou E dos motoristas que pertencem ao quadro da empresa.
- **12.6**. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
- **12.7**. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato/ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Art. 81 desta Lei;

- **12.8**. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- **12.9.** O prazo do registro de preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata, **IMPRORROGÁVEL**, conforme o Inciso III do Parágrafo 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com o Artigo 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

13 – PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- **13.1.** Durante a vigência do Contrato os preços serão fixos e passíveis de recomposição e reajuste, desde que comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do Art. 65, bem como, § 8º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no Mercado.
- **13.2.** Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, a Contratada poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de Ibatiba-ES, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
- **13.3.** Mesmo comprovada às ocorrências das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do Artigo 65, bem como, § 8º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro Processo Licitatório.
- **13.4.** Comprovada a redução dos preços praticados no Mercado nas mesmas condições do contrato e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a Contratada será convocada pelo Município de Ibatiba-ES para a alteração, por aditamento, do preço contratado, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

14 – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- **14.1.** É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para Registro de Preços, nos termos do § 2º, Art. 7 do Decreto nº 7.892/2013 e Art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser informada no ato da compra.
- **14.2.** A emissão da nota de empenho ficará a cargo da Contabilidade, devendo constar na mesma o número do processo licitatório ou número do contrato, anexando a cópia ao processo administrativo de licitação.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

14.3. O Setor de Compras solicitará a Contabilidade, a emissão da nota de empenho que deverá conter a autorização do ordenador de despesa.

15 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- **15.1.** O recebimento do objeto desta licitação será realizado nos termos do Edital do Pregão nº 015/2022, bem como, **do Termo de Referência** e Art. 73, Inciso II, da Lei 8.666/93, à saber:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- **b)** definitivamente, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços e consequente aceitação.
- 15.1.2. Condições para a realização dos serviços:
- **15.1.3.** A execução do objeto do presente processo licitatório deverá seguir rigorosamente às especificações abaixo:
- **15.1.4.** A principal meta da Administração é de um atendimento de 100% (cem por cento) das solicitações de transporte efetuadas no prazo acordado, com tolerância de 15 (quinze) minutos, de acordo com o quantitativo estimado e especificações técnicas deste Termo de Referência Horário, local e número de veículos com motoristas a serem apresentados;
- **15.1.5.** Os serviços serão geralmente executados no Estado do Espírito Santo e, excepcionalmente, em outros Estados, principalmente o Estado de Minas Gerais que faz divisa com Ibatiba;
- **15.1.6.** Os itinerários serão definidos pelo município na ordem de serviço, que deverá ser enviada à empresa com prazo mínimo de **24h (vinte e quatro) horas antes da viagem**, exceto nos casos de urgência, assim classificados pela Secretária Municipal de Saúde, que poderão ser comunicados com até 5h (cinco) horas de antecedência, de acordo com as necessidades dos serviços;
- **15.1.7.** A compromissária fornecedora deverá manter preposto em Ibatiba ES, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- **15.1.8.** Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:
- a) de servidores e/ou pessoas a serviço do município de Ibatiba;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- b) de documentos; e
- c) de encomendas e pequenas cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais;
- d) de transporte de cargas até 600kg;
- e) de transporte de pacientes dos SUS;
- f) de transporte de alunos em viagens de excursão;
- g) de transporte de usuários da Secretaria Municipal de Ação Social;
- h) de transporte de outras pessoas não relacionadas acima de acordo com as necessidades de cada secretaria.
- **15.1.9.** Os serviços serão solicitados através de requisição de veículos, emitida pelo Setor de Compras, contendo roteiro, motivo e justificativa, entre outros dados, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou pequenas cargas, equipamentos, conforme indicado ou cargas maiores até 600kg;
- **15.1.10.** As requisições deverão ser entregues ao Funcionário representante da empresa Contratada;
- **15.1.11.** A contratada executará os serviços em caráter permanente ou eventual, em dias úteis e horários conforme necessidade de cada secretaria, e, excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

15.2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.2.1. Para esses serviços a contratada deverá disponibilizar, quando solicitados e de acordo com a necessidade seguintes tipos de veículo: Veículo do tipo passeio para atender aos itens 01 e 02, Veículo do tipo Van para atender aos itens 03 e 04, Veículo do tipo micro-ônibus para atender aos itens 05 e 06, veículo do tipo ônibus para atender aos itens 07 e 08, veículo do tipo Guincho para atender ao item 09 e veículo do tipo Guincho, pequeno tipo plataforma, com rodagem traseira simples para atender ao item 10.
- **15.2.2.** O município poderá solicitar, inclusive diariamente, mais de um de cada um desses tipos de veículos, nas mesmas condições pactuadas;
- **15.2.3.** Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, contada a partir da entrega da solicitação do serviço, devendo os veículos estar à disposição do município no local estipulado, no mínimo, **30 (trinta) minutos antes do horário determinado**. O município poderá solicitar, em caso de urgência, mais de um veículo **de cada item**, nas mesmas condições pactuadas, para a mesma data.
- **15.2.4.** O cômputo da quilometragem será feita pelo município e apresentada junto com a ordem de serviço. O município deverá traçar o itinerário, a quilometragem a ser gasta para percorrer a referida rota e o valor unitário, por quilômetro e total. **O início da quilometragem será computado a partir do itinerário realizado pelo Município.**





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **15.2.5.** Caso seja necessário, por fatos supervenientes, que o motorista trace outra rota ou que vá a lugares não previsto no itinerário deverá apresentar justificativa, com novo itinerário e quilometragem, que só serão aceitos depois de aprovados pelo fiscal do contrato;
- **15.2.6.** Não ocorrendo a situação prevista no item anterior será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das ordens de serviços de transporte a serviço deste município, a ser conferida e aprovada pelo gestor/fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte;
- **15.2.7.** Os motoristas deverão ser contratados pela empresa vencedora, que deverá demonstrar isto no ato da contratação, devendo apresentar ainda cópia da CNH de todos os motoristas compatíveis com o tipo de veículo pelos quais estarão responsáveis ao longo da execução do objeto;
- **15.2.8.** Os veículos deverão manter as características originais e cor, preferencialmente, branca ou prata padronizada de fábrica;
- **15.2.9.** Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos e limpos interna e externamente, e com a documentação exigida;
- 15.2.10. É vedada a sublocação de carros de praça (táxi).

16 – PAGAMENTO

- **16.1.** O pagamento da despesa será feito em favor da Compromissária Prestadora de Serviços, mediante depósito bancário após a atestação, pelo setor competente, da Nota Fiscal, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do aceite definitivo dos serviços, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao licitante vencedor;
- **16.2.** No caso das Notas Fiscais apresentarem erros, estas serão devolvidas, e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação das mesmas;
- **16.3.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento;
- **16.4.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:
- **16.4.1.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- 16.4.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 16.4.3. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- **16.4.4.** Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- **16.4.5.** Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de "certidão positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- **16.4.6.** Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- **16.5.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- **16.6.** Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual:
- **16.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- **16.8.** A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada.
- **16.9.** Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

17 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 17.1. Além das Obrigações constantes do termo de referência, o compromissário prestador de serviços se obriga a atender ao que segue:
- **17.1.1.** Prestar os serviços com pontualidade;
- **17.1.2.** Comunicar ao órgão gestor, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que a impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do objeto, total ou parcialmente, por motivo superveniente;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- 17.1.3. Se responsabilizar por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, salientando-se que, em nenhuma hipótese, o Município ficará obrigado, ainda que solidariamente, nas relações trabalhistas e contratuais da contratada e seus funcionários, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;
- 17.1.4. Manter meios de comunicação com o município durante todo o período do contrato;
- **17.1.5.** Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
- **17.1.6.** Garantir durante a execução, a proteção e a conservação de todos os serviços, até o seu recebimento definitivo;
- **17.1.7.** Manter na execução dos serviços, o pessoal dimensionado, qualquer que seja a influência salarial do mercado de trabalho local, podendo, porém a fiscalização exigir a qualquer momento, o aumento ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;
- **17.1.8.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **17.1.9.** Cumprir fielmente todas as exigências quanto às condições de prestação dos serviços que constam do Termo de Referência.
- 17.2. Além das Obrigações constantes do termo de referência, o órgão gestor se obriga a atender ao que segue:
- **17.2.1.** Ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
- 17.2.2. Efetuar regularmente o pagamento do objeto desta contratação;
- 17.2.3. Aprovar o recebimento dos serviços, após a fiscalização, nas condições avençadas;
- 17.2.4. A prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução dos serviços;
- **17.2.5.** A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do compromisso de prestação de serviços e contratos, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Município.

18 - PENALIDADES





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **18.1.** Nos termos do Art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.
- **18.2.** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a Compromissária Prestadora de Serviços e/ou contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93:
- 18.2.1. Advertência;
- **18.2.2.** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- **18.2.3.** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- **18.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **18.3.** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **18.4.** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.
- **18.5.** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

19 - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

19.1. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital, por irregularidade comprovada, protocolizando o pedido de acordo com os prazos do Art. 41 da Lei 8.666/93, no endereço discriminado no subitem 11.4 deste edital ou ainda pelo e-mail setordelicitacaoibatiba@gmail.com cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas junto aa Pregoeira nos endereços disponibilizados no presente edital.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **19.2.** Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, quando já decorridos os respectivos prazos legais.
- **19.3.** Acolhida à petição impugnando o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20 - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **20.1.** Serão participantes usuários do Registro de Preços:
- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Ação Social;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- Secretaria Municipal de Interior e Transporte;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura e Turismo.
- **20.1.** Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste Pregão, mediante prévia consulta a Prefeitura, desde que devidamente comprovada à vantagem, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados.
- **20.2.** Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- **20.3.** O Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibatiba será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.
- **20.4.** Somente quando o primeiro licitante registrado para o item atingir o limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços é que será indicado o segundo, e assim sucessivamente, podendo ser indicado mais de um ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido for superior à capacidade do licitante da vez.

21 - CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **21.1.** Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato que vier a serem assinados, todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços da Licitante Vencedora e na Nota de Empenho.
- **21.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de contratação em igualdade de condições.
- **21.3.** Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro não estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor deverá apresentar novas certidões com datas atualizadas.

22 – VIGÊNCIA

22.1. O prazo do Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata, **IMPRORROGÁVEL**, conforme o Inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e de acordo com o Art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/2013. **Caso a empresa opte por assinatura eletrônica a mesma deverá ocorrer na mesma data do documento equivalente.**

23 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- **23.1.** O Compromissário prestador de Serviços terá o seu registro de preços cancelado:
- 23.1.1. A pedido, quando:
- **23.1.1.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- **23.1.1.2.** O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento.
- **23.1.2.** Por iniciativa do Município, quando:
- **23.1.2.1.** O Compromissário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- **23.1.2.2.** O Compromissário perder qualquer condição de habilitação ou qualificação 23.1.2.3 por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **23.1.2.3.** O Compromissário não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- **23.1.2.4.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, ou nos pedidos dela decorrentes.
- **23.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município.
- **23.3.** Na hipótese de cancelamento do registro de alguma licitante vencedora, o Município fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais licitantes a nova ordem de registro.

24 – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- **24.1.** Executado os serviços/contrato, o seu objeto será recebido conforme disposto no Inciso I, alíneas "a" e "b" e § 3º, do Art. 73, e inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos);
- **24.2.** Durante a vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços e/ou Contrato que possivelmente possam surgir da presente solicitação, a Secretaria de Saúde realizará o acompanhamento, bem como, a fiscalização da execução do Compromisso de prestação de serviço e/ou Instrumento Contratual, assinado pela(s) possível(eis) vencedora do Certame Licitatório.
- 24.3. A Fiscalização da ata de registro de preços e contrato oriundo desta solicitação será ampla e irrestrita, sendo a fiscalização realizada pelo servidor Sr. Jonatan Felipe Rahah de Freitas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Chefe se Seção de Controle de Frota CC-IV, matrícula nº 27000, especialmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para esta finalidade.
- **24.4.** Não obstante a Empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer diretamente a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.
- **24.5.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Empresa que estiver sem uniforme, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- **24.6.** Fiscalizar incondicionalmente todas as condições contratuais e utilizar de instrumentos de acompanhamento de execução dos serviços como planilhas de acompanhamento dos serviços executados.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **24.7.** Exigir da Empresa que o documento comprobatório (SEFIP, GPS, FUNDO DE GARANTIA, entre outros) acompanhe a nota fiscal ou a fatura mensal dos serviços.
- **24.8.** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da contratante, neste ato denominado fiscal, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução.
- **24.9.** O fiscal do contrato deverá dirigir as solicitações de ajustes de conduta diretamente ao preposto da empresa vencedora.
- **24.10.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser solicitadas aos superiores em tempo hábil para doação das medidas convenientes.
- **24.11.** O fiscal do contrato, quando deparar com alguma dificuldade, cuja providência razoavelmente escapa ao seu domínio de conhecimento irá notificar formalmente e por escrito ao seu superior hierárquico para que seja tomada a medida cabível.

25 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **25.1.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas atendido os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- **25.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do mesmo, bem como, a finalidade e a segurança da futura contratação.
- **25.3.** É facultado à Pregoeira ou à Autoridade Municipal Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- **25.4.** Nenhuma indenização será devida à licitante, em caso de revogação deste Edital, e a homologação do resultado desta licitação não implicarão em direito à contratação.
- **25.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Ibatiba-ES, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- **25.6.** O Prefeito do Município de Ibatiba-ES, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 49, da lei n° 8.666/93.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **25.7.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não prejudicar a formulação das propostas.
- **25.8.** Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Ibatiba-ES, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- **25.9.** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.
- 25.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.
- 25.11. Fazem partes integrantes deste edital:
- Anexo I Descrição do Objeto e Valores Médios;
- **Anexo II –** Modelo de Declaração que deverá acompanhar a proposta;
- **Anexo III –** Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação e Contratação e de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação;
- **Anexo IV –** Declaração de não Emprego a Menor de Idade;
- **Anexo V Modelo de Credenciamento**;
- **Anexo VI –** Modelo Declaração de Micro e Pequena Empresa;
- **Anexo VII –** Modelo de Declaração de Inexistência de Parentesco com a Municipalidade;
- Anexo VIII Minuta da Ata de Registro de Preço;
- Anexo IX Minuta de Contrato;
- Anexo X Termo de Referência.
- Ibatiba-ES, 05 de abril de 2022.

Carolaine Segal Vieira
Presidente da CPL





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO I

(papel timbrado da empresa)

DESCRIÇÃO DO OBJETO

PROCESSO LICITATÓRIO №: 018/2022

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 015/2022

Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba/ES.

Valor Médio: R\$ 4.278.680,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil e seiscentos e oitenta reais).

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01	52.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 2,32	R\$ 121.800,00
02	17.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 2,32	R\$ 40.600,00
03	300.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez) anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente	R\$ 4,90	R\$ 1.470.000,00



07 - 11 ES			Half-Brades Association of the Total		
			habilitados. Ampla Concorrência 75%		
04	100.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez) anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 4,90	R\$ 490.000,00
05	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. <u>Ampla</u> <u>Concorrência 75%</u>	R\$ 6,17	R\$ 694.125,00
06	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 6,17	R\$ 231.375,00
07	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÔNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 7,60	R\$ 855.000,00
08	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÔNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 7,60	R\$ 285.000,00
09	3.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO GUINCHO: Caminhão TRUCK com guincho veicular a cabo de aço, com capacidade de elevação mínima de carga de 15.000 Kg,	R\$ 9,60	R\$ 33.600,00



			devidamente habilitados. Exclusivo para MEs e EPPs	VALOR TOTAL	R\$ 4.278.680,00
10	6.000	km	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO, PEQUENO, TIPO PLATAFORMA COM RODAGEM TRASEIRA SIMPLES. Potência mínima: 140 cv, capacidade mínima de carga de 1.700kg bruto, direção hidráulica, plataforma para veículos tipo passeio, Kombi e Van; Veículo com no máximo 10 (dez) anos de uso, Seguro por conta da Contratada, veiculo com combustível e motoristas	R\$ 9,53	R\$ 57.180,00
			e no mínimo 40 metros cabo de aço. Veículo de carga pesada. <u>Exclusivo para</u> <u>MEs e EPPs</u>		



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO II

(papel timbrado da empresa)

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022

Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba/ES.

IDENTIFICAÇÃO DA	PROPONENTE:				
Nome Fantasia:		Razão Social		CNPJ:	
Endereço:		Bairro:		Cidade:	
CEP:	Гelefone:		_ Banco:		
Nº Conta:	Nº Agência:		Nome da Ag	ência:	
IDENTIFICAÇÃO DO	REPRESENTAN	TE LEGAL:			
Representante Legal:					
CPF:	RG: _				

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01	52.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%		
02	17.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs		



- 07 - 11 ES	1501			1 1400000000
03	300.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez) anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	
04	100.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez) anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MES e EPPs	
05	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. <u>Ampla</u> <u>Concorrência 75%</u>	
06	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	
07	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÔNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	
08	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÖNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas;	



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

07 - 11 ES	1981	and gare a reage			
			(de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs		
09	3.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO GUINCHO: Caminhão TRUCK com guincho veicular a cabo de aço, com capacidade de elevação mínima de carga de 15.000 Kg, e no mínimo 40 metros cabo de aço. Veículo de carga pesada. Exclusivo para MES e EPPs		
10	6.000	km	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO, PEQUENO, TIPO PLATAFORMA COM RODAGEM TRASEIRA SIMPLES. Potência mínima: 140 cv, capacidade mínima de carga de 1.700kg bruto, direção hidráulica, plataforma para veículos tipo passeio, Kombi e Van; Veículo com no máximo 10 (dez) anos de uso, Seguro por conta da Contratada, veiculo com combustível e motoristas devidamente habilitados. Exclusivo para MES e EPPs		
				VALOR TOTAL	

Declarações: A empresa acima nomeada declara, sob as penas da Lei, que:

•	Submete-se a	todas	as	condições	do	Edital	de	Pregão	Presencial	para	Registro	de	Preços	N٥
	015/2022 e seu	ıs respe	ectiv	os anexos;										

•	Está ciente da	as obric	iacoes c	ue ira	assumir o	caso sela	a vencedora	da l	ıcıtac	:ao:

•	A validade da proposta é de ()	dias.
	, de	de	

Representante Legal – Nome e Cargo (razão social, endereço completo, telefone e CNPJ)

^{*} Este documento deverá ser apresentado dentro do envelope de Proposta.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa	, inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº						
com sede (endereço co	npleto da sede da empresa ou do licitante – pessoa física, DECLA	ιRΑ					
sob as penas da lei, que	até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitaçã	ão e					
que CUMPRE todos os	equisitos habilitatórios no Pregão Presencial nº 015/2022 do Munic	cípic					
de Ibatiba-ES, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.							
	, de de 2022.						
(nome comp	eto do representante da empresa ou proprietário, n° da C.I.) (assinatura)						





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2022

DECLARAÇÃO

Declaração de Atendimento ao Art. 27, V da Lei nº 8.666/93 e alterações.

A Empresa, insc	crito no CNPJ n°, por
intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)	, portador (a) da Carteira de
Identidade n° e do CPF n°	, DECLARA , para fins do
dispostos no Inc. V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de ju	nho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de	dezoito anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e não emprega menor de dezesseis an	os.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos	s, na condição de aprendiz ().
,de de 2022	
(Representante (Observação: em caso afirmativo a	o ,





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO № 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO № 015/2022

CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A empresa	(nome da proponente)	, CNPJ nº	, com
sede à	, nº, Bairro	, cidade	, neste ato
representada pelo	(s) (sócios ou diretores com q	ualificação completa – r	nome, RG, CPF,
nacionalidade, esta	do civil, profissão e endereço), no	meia e constitui seu Prod	curador o Senhor
(nome, RG, CPF,	nacionalidade, estado civil, profis	são e endereço), a quei	m confere amplo
poderes para, junto	o ao Município de Ibatiba-ES, p	aticar os atos necessári	os com vistas à
participação do o	utorgante no Processo Licitatóri	o Nº 018/2022, na Mo	dalidade Pregão
Presencial nº 015/2	022, usando dos recursos legais e	acompanhando-os, confe	rindo-lhes, ainda,
poderes especiais	para desistir de recursos, apres	entar lances verbais, ne	egociar preços e
demais condições,	confessar, transigir, desistir, firma	compromissos ou acord	os, receber e dar
quitação, podendo	ainda, substabelecer esta em o	outrem, com ou sem res	servas de iguais
poderes, dando tud	o por bom, firme e valioso.		
	, de	de	
	Assinatura do Represe	ntante Legal	

* Este documento deverá ser apresentado a Pregoeira no momento do Credenciamento, acompanhado do ato constitutivo e documento de identidade.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa		CN	, Telefoi	ne/Fax: ()		
	por	intermédio	de	seu	representante	lega
		,	DECLARA	۹, para os	fins do disposto no	s Arts. 42
a 45 da Lei Compleda legislação viger		123/06, SER mic	roempresa	/empresa	de pequeno porte n	os termos
Bem como declara mencionada.	ι que fará υ	so dos benefícios	s concedid	os pela no	orma infraconstitucio	nal acima
		_ de	de	e 2022.		
		Represer	ntante Leg	jal		



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM A MUNICIPALIDADE

Referência: Pregão Presencial para registro de Preços nº 015/2022.

A empresa	, por	intermédio	de	seu	representante	e legal	а	Sr(a)
,	portador(a)	do CPF	nº		cc	om o	RG	nº
	ES, Resident	e à		,	Bairro		ES,	CEP
, DECLA	ARA, para os d	levidos fins d	que, n	ão po	ssui sócio adm	inistrad	or que	e seja
servidor ou dirigente d	la Prefeitura Mu	ınicipal de Iba	atiba-	ES e c	lue não possue	m qual	quer ti	ipo de
parentesco seja matri	monial, até o 2	2º Grau, ou	por a	doção	, com o Prefei	to, Vice	- Pr	efeito,
Vereadores, Secretário	os e servidores	da Prefeitura	Muni	cipal d	e Ibatiba.			
CIDADE- ESTADO,	de	de 2	2022.					
	CPF/ CNF	Empre						

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № ____/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 018/2022. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022

PREÂMBULO
Aos () dias do mês de de, na sede da Prefeitura Municipal de Ibatiba, foi celebrada e assinada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Presencial Nº/2022 do respectivo resultado homologado, publicado em/_/, que vai assinada pelo Prefeito do Município de Ibatiba e pelo representante legal do licitante classificado para Registro de Preços, qualificado e relacionado abaixo, a qual será regida pelas regras e condições constantes do Processo Licitatório em epigrafe e nesta Ata de Registro de Preços.
O MUNICÍPIO DE IBATIBA-ES, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 27.744.150/0001-66, com sede na Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro – nesta cidade, CEP 29.395-000, neste ato representado pelo Prefeito, o Senhor LUCIANO MIRANDA SALGADO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 093.634.497-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ibatiba-ES, adiante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS e de outro lado, a Empresa, CNPJ nº, com sede à Rua, CEP:, telefone: (), representada por Sr.(a), (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado(a) em, RG nº, SSP/, CPF nº doravante
denominada simplesmente COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR , com base no Processo de Licitação Nº 018/2022, Pregão para Registro de Preços Nº 015/2022, e de conformidade com Lei Federal nº 10.520/02; Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, observadas as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. Registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba/ES, conforme especificações constantes do anexo I do Termo de Referência.
CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR
2.1. O valor total registrado nesta Ata de Registro de Preço é de R\$ () correspondente aos itens descritos na planilha em anexo.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

CLÁUSULA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO

- **3.1.** Executado os serviços, o seu objeto será recebido conforme disposto no Inciso I, alíneas "a" e "b" e § 3°, do Art. 73, e inciso III da Lei Federal n° 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos);
- **3.2.** Durante a vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a Secretaria de Saúde realizará o acompanhamento, bem como, a fiscalização da execução do Compromisso de prestação de serviço, assinado pela(s) possível(eis) vencedora do Certame Licitatório.
- 3.3. A Fiscalização da ata de registro de preços será ampla e irrestrita, sendo a fiscalização realizada pelo servidor Sr. Jonatan Felipe Rahah de Freitas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Chefe se Seção de Controle de Frota CC-IV, matrícula nº 27000, especialmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para esta finalidade.
- **3.4.** Não obstante a Empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer diretamente a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.
- **3.5.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Empresa que estiver sem uniforme, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- **3.6.** Fiscalizar incondicionalmente todas as condições contratuais e utilizar de instrumentos de acompanhamento de execução dos serviços como planilhas de acompanhamento dos serviços executados.
- **3.7.** Exigir da Empresa que o documento comprobatório (SEFIP, GPS, FUNDO DE GARANTIA, entre outros) acompanhe a nota fiscal ou a fatura mensal dos serviços.
- **3.8.** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da contratante, neste ato denominado fiscal, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução.
- **3.9.** O fiscal do contrato deverá dirigir as solicitações de ajustes de conduta diretamente ao preposto da empresa vencedora.
- **3.10.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser solicitadas aos superiores em tempo hábil para doação das medidas convenientes.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

3.11. O fiscal do contrato, quando deparar com alguma dificuldade, cuja providência razoavelmente escapa ao seu domínio de conhecimento irá notificar formalmente e por escrito ao seu superior hierárquico para que seja tomada a medida cabível.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, **IMPRORROGÁVEL**, conforme dispõe o Decreto Federal nº 7.892/2013. **Caso a empresa opte por assinatura eletrônica a mesma deverá ocorrer na mesma data do documento equivalente.**

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Durante o prazo de validade deste compromisso, a Compromissária Prestadora de Serviços estará obrigada a executar os serviços para o Município, sempre que por ele for exigido, na quantidade pretendida e dentro das especificações referidas na cláusula sétima e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - VERIFICAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. O Município de Ibatiba-ES poderá, nos termos da legislação em vigor, contratar com outros fornecedores os serviços objeto do presente compromisso, vedada, todavia, qualquer contratação destes por preços superiores aos que poderiam ser obtidos da Compromissária Prestadora de Serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- **7.1.** O recebimento do objeto desta licitação será realizado nos termos do Edital do Pregão nº 015/2022, bem como, **do Termo de Referência** e Art. 73, Inciso II, da Lei 8.666/93, à saber:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- **b)** definitivamente, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços e consequente aceitação.

7.1.2. Condições para a realização dos serviços:

- **7.1.3.** A execução do objeto do presente processo licitatório deverá seguir rigorosamente às especificações abaixo:
- **7.1.4.** A principal meta da Administração é de um atendimento de 100% (cem por cento) das solicitações de transporte efetuadas no prazo acordado, com tolerância de 15 (quinze)





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

minutos, de acordo com o quantitativo estimado e especificações técnicas deste Termo de Referência - Horário, local e número de veículos com motoristas a serem apresentados;

- **7.1.5.** Os serviços serão geralmente executados no Estado do Espírito Santo e, excepcionalmente, em outros Estados, principalmente o Estado de Minas Gerais que faz divisa com Ibatiba;
- **7.1.6.** Os itinerários serão definidos pelo município na ordem de serviço, que deverá ser enviada à empresa com prazo mínimo de **24h (vinte e quatro) horas antes da viagem**, exceto nos casos de urgência, assim classificados pela Secretária Municipal de Saúde, que poderão ser comunicados com até 5h (cinco) horas de antecedência, de acordo com as necessidades dos serviços;
- **7.1.7.** A compromissária fornecedora deverá manter preposto em Ibatiba ES, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- **7.1.8.** Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:
- a) de servidores e/ou pessoas a serviço do município de Ibatiba;
- b) de documentos; e
- c) de encomendas e pequenas cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais;
- d) de transporte de cargas até 600kg;
- e) de transporte de pacientes dos SUS;
- de transporte de alunos em viagens de excursão;
- g) de transporte de usuários da Secretaria Municipal de Ação Social;
- h) de transporte de outras pessoas não relacionadas acima de acordo com as necessidades de cada secretaria.
- **7.1.9.** Os serviços serão solicitados através de requisição de veículos, emitida pelo Setor de Compras, contendo roteiro, motivo e justificativa, entre outros dados, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou pequenas cargas, equipamentos, conforme indicado ou cargas maiores até 600kg;
- **7.1.10.** As requisições deverão ser entregues ao Funcionário representante da empresa Contratada;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

7.1.11. A contratada executará os serviços em caráter permanente ou eventual, em dias úteis e horários conforme necessidade de cada secretaria, e, excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

7.2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.2.1. Para esses serviços a contratada deverá disponibilizar, quando solicitados e de acordo com a necessidade seguintes tipos de veículo: Veículo do tipo passeio para atender aos itens 01 e 02, Veículo do tipo Van para atender aos itens 03 e 04, Veículo do tipo micro-ônibus para atender aos itens 05 e 06, veículo do tipo ônibus para atender aos itens 07 e 08, veículo do tipo Guincho para atender ao item 09 e veículo do tipo Guincho, pequeno tipo plataforma, com rodagem traseira simples para atender ao item 10.
- **7.2.2.** O município poderá solicitar, inclusive diariamente, mais de um de cada um desses tipos de veículos, nas mesmas condições pactuadas;
- **7.2.3.** Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, contada a partir da entrega da solicitação do serviço, devendo os veículos estar à disposição do município no local estipulado, no mínimo, **30 (trinta) minutos antes do horário determinado**. O município poderá solicitar, em caso de urgência, mais de um veículo **de cada item**, nas mesmas condições pactuadas, para a mesma data.
- **7.2.4.** O cômputo da quilometragem será feita pelo município e apresentada junto com a ordem de serviço. O município deverá traçar o itinerário, a quilometragem a ser gasta para percorrer a referida rota e o valor unitário, por quilômetro e total. **O início da quilometragem será computado a partir do itinerário realizado pelo Município.**
- **7.2.5.** Caso seja necessário, por fatos supervenientes, que o motorista trace outra rota ou que vá a lugares não previsto no itinerário deverá apresentar justificativa, com novo itinerário e quilometragem, que só serão aceitos depois de aprovados pelo fiscal do contrato;
- **7.2.6.** Não ocorrendo a situação prevista no item anterior será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das ordens de serviços de transporte a serviço deste município, a ser conferida e aprovada pelo gestor/fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte;
- **7.2.7.** Os motoristas deverão ser contratados pela empresa vencedora, que deverá demonstrar isto no ato da contratação, devendo apresentar ainda cópia da CNH de todos os motoristas compatíveis com o tipo de veículo pelos quais estarão responsáveis ao longo da execução do objeto;
- **7.2.8.** Os veículos deverão manter as características originais e cor, preferencialmente, branca ou prata padronizada de fábrica;
- **7.2.9.** Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos e limpos interna e externamente, e com a documentação exigida;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

7.2.10. É vedada a sublocação de carros de praça (táxi).

CLÁUSULA OITAVA - DAS ORDENS DE SERVIÇO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

8.1. As ordens de serviços ou instrumentos equivalentes, de que trata a cláusula antecedente serão consideradas, para todos os fins de direito, contratos acessórios ao presente compromisso.

CLÁUSULA NONA – CONVOCAÇÃO

9.1. Será facultado ao Município convocar a Compromissária Prestadora de Serviços para aperfeiçoar tantos contratos acessórios de prestação de serviços quantos forem necessárias para o atendimento de suas necessidades, respeitado o disposto na cláusula sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA - NÃO COMPARECIMENTO

10.1. O não comparecimento injustificado da Compromissária Prestadora de Serviços para o aperfeiçoamento do contrato acessório de prestação de serviços, será considerado como fato qualificador da inexecução total do presente compromisso, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **11.1.** O pagamento da despesa será feito em favor da Compromissária Prestadora de Serviços, mediante depósito bancário após a atestação, pelo setor competente, da Nota Fiscal, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do aceite definitivo dos serviços, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável a Compromissária Prestadora de Serviços.
- **11.2.** No caso das Notas Fiscais apresentarem erros, estas serão devolvidas, e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação das mesmas.
- **11.3.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento.
- **11.4.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:
- **11.4.1.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- 11.4.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 11.4.3. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- 11.4.4. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;
- **11.4.5.** Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de "certidão positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- **11.4.6.** Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- **11.5.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- **11.6.** Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Compromissária Fornecedora e/ou Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **11.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- **11.8.** A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada.
- **11.9.** Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- **12.1.** Durante a vigência deste compromisso, os preços serão fixos e passíveis de recomposição e reajuste, desde que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do Art. 65, bem como, § 8º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no Mercado.
- **12.2.** Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, a Compromissária Prestadora de Serviços poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de Ibatiba-ES, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **12.3.** Mesmo comprovada às ocorrências das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do Art. 65, bem como, § 8º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro Processo Licitatório.
- **12.4.** Comprovada a redução dos preços praticados no Mercado nas mesmas condições do compromisso e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Compromissário Prestador de Serviços será convocado pelo Município de Ibatiba-ES para a alteração, por aditamento, do preço contratado, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pelo Compromissário Prestador de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PENALIDADES

- **14.1.** Nos termos do Art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.
- **14.2.** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a Compromissária Prestadora de Serviços ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93:
- 14.2.1. Advertência;
- 14.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor empenhado;
- **14.2.3.** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **14.3.** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.
- **14.4.** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo Município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **14.5.** Será garantido ao Compromissário Prestador de Serviços o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso.
- **14.6.** Em caso de rescisão administrativa do presente Compromisso de Prestação de Serviços por ato unilateral do Município, será obedecido ao disposto no Parágrafo Único do Art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EFICÁCIA E PUBLICIDADE

- **15.1.** A presente Ata de Registro de Preços só terá eficácia depois de aprovado pela autoridade competente e após a publicação de seu extrato no órgão oficial.
- **15.2.** Incumbirá ao Município de Ibatiba-ES providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato Ata de Registro de Preços no Órgão Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1. Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade Pregão para o Registro de Preços Nº 015/2022, bem como as propostas nele adjudicadas, integram o presente compromisso de fornecimento, devendo seus termos e condições ser considerados como partes integrantes do presente Compromisso de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. Para todas as questões pertinentes ao presente Compromisso de Prestação de Serviços, o Foro será o da Comarca do Município de Ibatiba-ES, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Compromisso de Prestação de Serviços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Municipio de Ibatiba-ES, de	de 2022.				
Órgão Gerenciador Prefeito	Compromissário Prestador de Serviços Empresa/CNPJ				
Testemunhas:					
Nome:	CPF:				
Nome:	CPF:				





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO I

Ata de Registro de Preços Nº___/2022

O anexo contendo os itens será inserido no momento da formalização da Ata



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI

ANEXO IX MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO № ____/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 018/2022 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022

	CELEBRAM	O MUNICIPIO DE IBATIBA E			
	Α	EMPRESA			
		, TENDO			
	EMPRESA	TIVO A CONTRATAÇÃO DE ESPECIALIZADA PARA DE SERVIÇOS.			
O MUNICÍPIO DE IBATIBA-ES, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 27.744.150/0001-66, com sede na Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro, nesta cidade, CEP: 29.395-000 neste ato					

com sede na Rua Salomão Fadlalah, 255, Centro, nesta cidade, CEP: 29.395-000 neste ato
representado pelo Prefeito, o Senhor LUCIANO MIRANDA SALGADO, brasileiro, casado,
portador do CPF nº 093.634.497-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ibatiba-ES,
doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa
, inscrita no CNPJ/MF sob o nº,
localizada na(o), neste ato representada por seu
representante legal, o(a) Senhor(a), portador da
Carteira de Identidade nº, expedida pela/_ e CPF nº
, doravante denominada CONTRATADA, e de acordo com o constante no
Processo Licitatório Nº 018/2022, referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços Nº
015/2022, RESOLVEM CELEBRAR o presente Contrato, em conformidade com o disposto
na Lei nº 10.520/2002, na Lei nº 8.666/1993 e em suas alterações posteriores, nas demais
legislações pertinentes, ou em outros dispositivos legais que vierem a substituí-los, que as
partes se sujeitam a cumprir, mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- **1.1.** Contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de Ibatiba/ES, conforme especificações constantes do anexo I do Termo de Referência..
- **1.2.** A contratada declara ter conhecimento detalhado da documentação atinente ao objeto do presente contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E VINCULAÇÃO

2.1. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes: proposta da contratada, os termos contidos no Edital de Pregão Presencial Nº 015/2022, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes e a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente contrato será realizado por empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- **4.1.** Dá-se a este contrato o valor de **R\$** (valor extenso), referente aos serviços que serão prestados, conforme planilha em anexo.
- **4.2.** A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo os mesmos, objeto de exame pela Procuradoria do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O recurso a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NOMENCLATURA

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **6.1.** O pagamento da despesa será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário após a atestação, pelo setor competente, da Nota Fiscal, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do aceite definitivo dos serviços, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável à Contratada.
- **6.2.** No caso das Notas Fiscais apresentarem erros, estas serão devolvidas, e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação das mesmas.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **6.3.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento.
- **6.4.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:
- **6.4.1.** Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 6.4.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- 6.4.3. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
- 6.4.4. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;
- **6.4.5.** Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de "certidão positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- **6.4.6.** Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- **6.5.** O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- **6.6.** Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- **6.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- **6.8.** A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada.
- **6.9.** Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **7.1.** O recebimento do objeto desta licitação será realizado nos termos do Edital do Pregão nº 015/2022, bem como, **do Termo de Referência** e Art. 73, Inciso II, da Lei 8.666/93, à saber:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- **b)** definitivamente, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços e consequente aceitação.

7.1.2. Condições para a realização dos serviços:

- **7.1.3.** A execução do objeto do presente processo licitatório deverá seguir rigorosamente às especificações abaixo:
- **7.1.4.** A principal meta da Administração é de um atendimento de 100% (cem por cento) das solicitações de transporte efetuadas no prazo acordado, com tolerância de 15 (quinze) minutos, de acordo com o quantitativo estimado e especificações técnicas deste Termo de Referência Horário, local e número de veículos com motoristas a serem apresentados;
- **7.1.5.** Os serviços serão geralmente executados no Estado do Espírito Santo e, excepcionalmente, em outros Estados, principalmente o Estado de Minas Gerais que faz divisa com Ibatiba;
- **7.1.6.** Os itinerários serão definidos pelo município na ordem de serviço, que deverá ser enviada à empresa com prazo mínimo de **24h (vinte e quatro) horas antes da viagem**, exceto nos casos de urgência, assim classificados pela Secretária Municipal de Saúde, que poderão ser comunicados com até 5h (cinco) horas de antecedência, de acordo com as necessidades dos serviços;
- **7.1.7.** A compromissária fornecedora deverá manter preposto em Ibatiba ES, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- **7.1.8.** Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:
- i) de servidores e/ou pessoas a serviço do município de Ibatiba;
- j) de documentos; e
- de encomendas e pequenas cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais;
- I) de transporte de cargas até 600kg;
- m) de transporte de pacientes dos SUS;
- n) de transporte de alunos em viagens de excursão;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- o) de transporte de usuários da Secretaria Municipal de Ação Social;
- p) de transporte de outras pessoas não relacionadas acima de acordo com as necessidades de cada secretaria.
- **7.1.9.** Os serviços serão solicitados através de requisição de veículos, emitida pelo Setor de Compras, contendo roteiro, motivo e justificativa, entre outros dados, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou pequenas cargas, equipamentos, conforme indicado ou cargas maiores até 600kg;
- **7.1.10.** As requisições deverão ser entregues ao Funcionário representante da empresa Contratada;
- **7.1.11.** A contratada executará os serviços em caráter permanente ou eventual, em dias úteis e horários conforme necessidade de cada secretaria, e, excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

7.2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.2.1. Para esses serviços a contratada deverá disponibilizar, quando solicitados e de acordo com a necessidade seguintes tipos de veículo: Veículo do tipo passeio para atender aos itens 01 e 02, Veículo do tipo Van para atender aos itens 03 e 04, Veículo do tipo micro-ônibus para atender aos itens 05 e 06, veículo do tipo ônibus para atender aos itens 07 e 08, veículo do tipo Guincho para atender ao item 09 e veículo do tipo Guincho, pequeno tipo plataforma, com rodagem traseira simples para atender ao item 10.
- **7.2.2.** O município poderá solicitar, inclusive diariamente, mais de um de cada um desses tipos de veículos, nas mesmas condições pactuadas;
- **7.2.3.** Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, contada a partir da entrega da solicitação do serviço, devendo os veículos estar à disposição do município no local estipulado, no mínimo, **30 (trinta) minutos antes do horário determinado**. O município poderá solicitar, em caso de urgência, mais de um veículo **de cada item**, nas mesmas condições pactuadas, para a mesma data.
- **7.2.4.** O cômputo da quilometragem será feita pelo município e apresentada junto com a ordem de serviço. O município deverá traçar o itinerário, a quilometragem a ser gasta para percorrer a referida rota e o valor unitário, por quilômetro e total. **O início da quilometragem será computado a partir do itinerário realizado pelo Município.**
- **7.2.5.** Caso seja necessário, por fatos supervenientes, que o motorista trace outra rota ou que vá a lugares não previsto no itinerário deverá apresentar justificativa, com novo itinerário e quilometragem, que só serão aceitos depois de aprovados pelo fiscal do contrato;
- **7.2.6.** Não ocorrendo a situação prevista no item anterior será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das ordens de serviços de transporte a serviço deste município, a ser conferida e aprovada pelo gestor/fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte;



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **7.2.7.** Os motoristas deverão ser contratados pela empresa vencedora, que deverá demonstrar isto no ato da contratação, devendo apresentar ainda cópia da CNH de todos os motoristas compatíveis com o tipo de veículo pelos quais estarão responsáveis ao longo da execução do objeto;
- **7.2.8.** Os veículos deverão manter as características originais e cor, preferencialmente, branca ou prata padronizada de fábrica;
- **7.2.9.** Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos e limpos interna e externamente, e com a documentação exigida;
- 7.2.10. É vedada a sublocação de carros de praça (táxi).

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1.** Além das obrigações constantes no Termo de Referência e Edital, a contratada se obriga a atender ao que segue:
- 9.1.1. Executar os serviços com absoluta diligência e perfeição, conforme as normas;
- 9.1.2. Manter canais de comunicação com o Município de Ibatiba;
- **9.1.3.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, decorrente de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 65, da Lei nº 8.666/93, sendo os mesmos, objetos de exame da Procuradoria do Município;
- **9.1.4.** Comunicar à contratante, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente;
- **9.1.5.** Se responsabilizar por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, salientando-se que, em nenhuma hipótese, o Município ficará obrigado, ainda que solidariamente, nas relações trabalhistas e contratuais da contratada e seus funcionários, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

- **9.1.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da má execução dos serviços, em no máximo 12 (doze) horas;
- **9.1.7.** Permitir e facilitar a inspeção pela Fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;
- **9.1.8.** Garantir durante a execução, a proteção e a conservação de todos os serviços, até o seu recebimento definitivo;
- **9.1.9.** Manter na execução dos serviços, o pessoal dimensionado, qualquer que seja a influência salarial do mercado de trabalho local, podendo, porém a fiscalização exigir a qualquer momento, o aumento ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;
- **9.1.10.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **9.1.11.** Fazer minucioso exame das etapas e seus serviços, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação;
- **9.1.12.** Executar diretamente, todos os serviços contratados sendo vedada a subcontratação, a cessão ou transferência parcial ou total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **10.1.** Além das Obrigações constantes no Edital, a contratante se obriga a atender ao que segue:
- **10.1.1.** O fiel cumprimento das obrigações pactuadas;
- 10.1.2. Efetuar regularmente o pagamento do objeto desta contratação;
- **10.1.3.** Aprovar o recebimento dos serviços, após a fiscalização dos mesmos, nas condições avençadas;
- **10.1.4.** A prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução dos serviços;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

10.1.5. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no órgão Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- **11.1.** Executado o contrato, o seu objeto será recebido conforme disposto no Inciso I, alíneas "a" e "b" e § 3°, do Art. 73, e inciso III da Lei Federal n° 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos);
- **11.2.** Durante a vigência do Contrato, a Secretaria de Saúde realizará o acompanhamento, bem como, a fiscalização do Instrumento Contratual, assinado pela(s) possível(eis) vencedora do Certame Licitatório.
- **11.3.** A Fiscalização do contrato oriundo desta solicitação será ampla e irrestrita, sendo a fiscalização realizada pelo servidor Sr. **Jonatan Felipe Rahah de Freitas**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Chefe se Seção de Controle de Frota CC-IV, matrícula nº 27000, especialmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para esta finalidade.
- **11.4.** Não obstante a Empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer diretamente a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.
- **11.5.** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Empresa que estiver sem uniforme, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- **11.6.** Fiscalizar incondicionalmente todas as condições contratuais e utilizar de instrumentos de acompanhamento de execução dos serviços como planilhas de acompanhamento dos serviços executados.
- **11.7.** Exigir da Empresa que o documento comprobatório (SEFIP, GPS, FUNDO DE GARANTIA, entre outros) acompanhe a nota fiscal ou a fatura mensal dos serviços.
- **11.8.** A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por representante da contratante, neste ato denominado fiscal, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução.
- **11.9.** O fiscal do contrato deverá dirigir as solicitações de ajustes de conduta diretamente ao preposto da empresa vencedora.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **11.10.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos fiscais deverão ser solicitadas aos superiores em tempo hábil para doação das medidas convenientes.
- **11.11.** O fiscal do contrato, quando deparar com alguma dificuldade, cuja providência razoavelmente escapa ao seu domínio de conhecimento irá notificar formalmente e por escrito ao seu superior hierárquico para que seja tomada a medida cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **12.1.** Nos termos do Art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- **12.2.** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666/93:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- **12.2.3.** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- **12.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **12.3.** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.
- **12.4.** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo Município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.
- **12.5.** Em caso de rescisão administrativa do presente Contrato por ato unilateral do Município, será obedecido ao disposto no Parágrafo Único do Art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- **12.6.** A penalidade de multa, estabelecida na subcláusula 12.2, poderá ser cumulada com qualquer das demais.



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **12.7.** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da contratada por danos causados à contratante.
- **12.8.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

- **13.1.** São prerrogativas do contratante as previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.
- **13.1.** Fica reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO

14.1. Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos da legislação vigente ou qualquer dos motivos a que se refere o § 1º do Art. 57, da Lei nº 8666/93, que obstem, prejudiquem ou retardem o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste contrato, ficará a contratada, isenta das multas e penalidades pertinentes, justificando-se destarte, a alteração do cronograma aprovado, devendo a mesma comunicar por escrito o Município no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações que lhe impeçam, mesmo que temporariamente, a execução do objeto deste Termo Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

- **15.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos Arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, observado o estabelecido nos Arts. 79 e 80 da mesma Lei, e notadamente nos casos abaixo:
- 15.2. Cancelamento ou revogação da Ata de Registro de Preços;
- **15.3.** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- **15.4.** O cumprimento irregular de cláusulas ou a lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- **15.5.** O atraso injustificado do início do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração;
- **15.6.** A paralisação do fornecimento, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- **15.7.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, de posição contratual, bem como fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato ou implique no descumprimento ou violação, ainda que indireta, das normas legais que disciplinam as licitações, com exceção dos serviços mencionados no Termo de Referência;
- **15.8.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **15.9.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- **15.10.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 15.11. A dissolução da sociedade;
- **15.12.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Termo de Contrato;
- **15.13.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Termo de Contrato;
- **15.14.** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **15.15.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do Termo de Contrato.
- **15.16.** No caso de rescisão deste contrato, será obedecido o que estabelecem os Arts. 79 e 80 da Lei nº 8.666 de 1993.
- **15.17.** Fica reconhecido os direitos da administração no caso de rescisão administrativa de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DECORRENTES DO CONTRATO

17.1. Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e emolumentos decorrentes deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EFICÁCIA

- **18.1.** O presente contrato só terá eficácia depois de aprovado pela autoridade competente e após a publicação de seu extrato no órgão oficial.
- **18.2.** Incumbirá à Prefeitura de Ibatiba providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato do contrato no Órgão Oficial. O mesmo procedimento será adotado para eventual termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ibatiba-ES, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Instrumento Contratual.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ibatiba-ES, de de	·
LUCIANO MIRANDA SALGADO CONTRATANTE Prefeito Municipal	REPREPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA
Testemunhas:	
Nome:	CPF:
Nome:	CPF:



entro, Ibatiba-ES | CEP: 29395-000



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO I
CONTRATO Nº ___/2022

O ANEXO CONTENDO A PLANILHA DE PREÇOS SERÁ INSERIDO NA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

ANEXO X

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO²

Modalidade Sugerida: Pregão Presencial para Registro de Preços

Tipo Sugerido: Menor Preço por Item

RESUMO DO OBJETO SUGERIDO

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, e demais secretarias do município de Ibatiba-ES.

Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000

Art. 8º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:



¹Fundamentação Legal:



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO²

Unidade Administrativa de Origem: Secretaria Municipal de Saúde

Titular Responsável: Nilcilaine Hubner Florindo

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Ato de Nomeação: Portaria Nº: 009, de 02 de janeiro de 2017.

OBJETIVO

O disposto no inciso II do art. 8º do Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, evidencia que na fase preparatória do Pregão é indispensável à elaboração do Termo de Referência, documento que deverá conter requisitos essenciais para auxiliar a CPL na elaboração do ato convocatório (Edital) e critérios a serem observados na condução do processo de compras, requisição, recebimento e fiscalização do cumprimento do objeto.

Conjugado com o disposto na legislação para a realização de licitação na modalidade pregão apresentou a seguir estudos preliminares realizados contendo elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, para a contratação solicitada, diante de orçamento, considerando os preços praticados no mercado, a definição de métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, quando for o caso.

O Termo de Referência visa esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para a Comissão Permanente de Licitação elaborar o ato convocatório e a formalização do Processo Administrativo de Licitação, bem como a atuação dos demais agentes públicos que manifestarão nos autos processuais. O solicitante deverá apresentar no Termo de Referência sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns nas licitações públicas adotadas pelo órgão licitante. O atendimento aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência evitará equívocos nas compras e contratações futuras. Após a formalização do Edital, o Termo de Referência deverá ser considerado um de seus anexos integrando os documentos que serão fornecidos aos interessados pela licitação. As cópias e o original do Termo de Referência fazem parte da formalização do Processo Administrativo de Licitação, integrando-o como auto processual.

OBJETO





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas. Os veículos deverão estar com combustível e motoristas devidamente habilitados. Os serviços a serem executados são: transporte de passageiros em diversas necessidades, transporte de materiais, documentos e pequenas cargas em diversos órgãos públicos e outros, transporte do grupo da 3ª idade em diversos eventos, transportes de alunos em atividades extraclasse em excursões culturais e científicas, transporte de atletas do município em campeonatos regionais, na Copa A Gazetinha e demais jogos esportivos, bem como, outras demandas das Secretarias Municipais.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável por conduzir de forma segura os pacientes que realizam tratamento fora do domicílio, principalmente aqueles que fazem Hemodiálise e tratamentos quimioterápicos nas cidades de Manhuaçu –MG, Vitória – ES, entre outras cidades, fora outros pacientes que necessitem realizar exames urgentes, que não podem aguardar uma vaga em um dos carros da secretaria, enfim, são muitos os desafios vividos pela Secretaria de Saúde diariamente no que se refere à frota de veículos para atender a todas as suas necessidades, considerando ainda, que caso ocorra de algum dos veículos pertencentes a nossa frota dar defeito e/ou precisarem de manutenção, a administração estará preparada para suprir estes até o momento em que os mesmos estiverem em perfeito estado de funcionamento.

Temos ainda as demandas constantes da Secretaria de Assistência Social que para oferecer momentos de lazer e diversão aos usuários da 3ª idade necessitam de veículos que possam levá-los em passeios muitas vezes fora da cidade de Ibatiba e ainda com o projeto do Ibatiba d'elas, que juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio realizam caravanas de mulheres para o encontro com a Vice-Prefeita para rodas de conversas nas comunidades, bem como, para a realização de cursos, sendo estes dentro e fora do Município, por se tratar de um projeto importantíssimo que gera um grande reflexo no empoderamento feminino no Município.

Além dessas ainda, surgem demandas da Secretaria de Educação, que realiza passeios culturais e científicos com os alunos fora do Município, às demandas da Secretaria de Administração quando da possível necessidade de locomoção de servidores e o traslado de documentos à capital Vitória. Enfim, a demanda é grande, então mesmo com a frota do município pode ser necessária à locação de outros veículos.

Por fim, além das secretarias mencionadas acima, a Secretaria Municipal de Esporte e lazer necessita constantemente de veículos apropriados para transportar os atletas do município aos campeonatos regionais, sobretudo para o campeonato "a gazetinha", jogos escolares, entre outros e ainda cabe ressaltar a necessidade dos serviços guinchos para atender as demandas do Município, tendo em vista, que esta administração por diversas vezes, tentou realizar o registro de preços dos mesmos, e não obteve êxito, sendo assim, justifica-se tal realização.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação básica a ser definida como fundamentação para a realização do procedimento licitatório são Lei Federal nº. 8.666/93, e posteriores alterações, Lei Complementar nº. 123/2006, e posteriores alterações, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº. 10.520/02, 7.892/2013, 9.488/2018 e Decreto Municipal que dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação.

Os atos convocatórios deverão ser publicados de forma resumida (extrato), contendo a indicação do local onde os interessados poderão obter o texto integral do Edital e todas as informações sobre a licitação.

Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluirá o do vencimento, e considerará apenas os dias de expediente do órgão licitante, nos termos do art. 110 da Lei Federal nº. 8.666/93. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente no órgão ou na entidade promotora da licitação.

Na modalidade Pregão, o aviso de licitação deverá ser publicado, no mínimo, uma vez no Diário Oficial do Respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, não podendo o prazo de publicação ser inferior a 08 (oito) dias úteis.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Fica vedada a participação de cooperativas nesta licitação considerando a natureza do serviço e por haver relação de subordinação entre os motoristas e o prestador do serviço, com fundamento na Súmula nº 281 do TCU.

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DA LICITAÇÃO PARA ME; EPP e EQUIPARADAS.

A LC nº 147/2014 que alterou a LC nº 123/2006, dentre outros objetivos, ampliou a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

O caput do art. 47 passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Grifamos).

A nova redação do art. 47, além de ampliar o rol de entidades que concederão tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, também substituiu a



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

expressão **poderá**, que transmitia a impressão de faculdade, por **deverá**, para que não haja questionamento acerca da obrigatoriedade de observância.

Já o art. 48, caput e inciso I, da LC nº 123/2006 prevê:

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Grifamos).

Sendo assim, está dando efetividade ao mandamento legal, tendo em vista que o preço médio de cada item, conforme Termo de Referência, do objeto a ser licitado está abaixo do limite determinado em Lei.

Os itens 01, 03, 05 e 07 são classificados como cota de 75% (setenta e cinco) por cento para **ampla concorrência**, podendo participar todas e quaisquer empresas;

Os itens 02, 04, 06 e 08 são classificados como cota de 25% (vinte e cinco) por cento reservadas às **ME's, às EPP's ou equiparadas**, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

Quanto aos demais itens, somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014, microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

FORMAÇÃO DE PREÇOS

Município adotará como critério para formação de planilha básica de preços praticados no mercado, conforme cotações de preços, obtendo-se os preços médios expressos na planilha em anexo.

Os materiais e/ou produtos a serem licitados são os constantes do **Anexo I** "Descrição do objeto e quantidades estimadas de consumo" que integra o presente Termo de Referência.

AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO

A Autorização de Execução será realizada, em todo caso, pelo Prefeito, Secretário da pasta e/ou Setor de Compras.

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, **improrrogavelmente**, nos termos do art. 12 Decreto Federal nº. 7.892/2013.

PAGAMENTO

O pagamento da despesa será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário após a atestação, pelo setor competente, da Nota Fiscal, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do aceite definitivo dos serviços, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao licitante vencedor;

No caso de a Nota Fiscal apresentar erros, esta será devolvida, e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação da mesma;

Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento;

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de "certidão positiva, com efeito, de negativa" diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- Cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Compromissária Fornecedora e/ou Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada;

Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Contratada:

Prestar os serviços com pontualidade aos objetos solicitados;

Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente licitação;

Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação.

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da Contratante:

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para Registro de Preços, nos termos do § 2º, Art. 7º do Decreto 7.892/2013 e Art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo ser informada no ato compra.

A emissão da nota de empenho ficará a cargo da Contabilidade Geral do Município, devendo constar na mesma o número do processo licitatório ou número do contrato, anexando a cópia ao Processo Administrativo de Licitação.

O Responsável pelo Setor de Compras solicitará a Contabilidade Geral, a emissão da nota de empenho que deverá conter a autorização do Ordenador de Despesa.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Esta Secretaria sugere que para que sejam consideradas habilitadas a contratar com o Município as empresas que apresentem no mínimo os Documentos relativos à Habilitação Jurídica, Fiscal, Trabalhista, qualificação econômico-financeira que comprove que a



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

empresa possui condições de atender ao objeto licitado e ainda, caso a Procuradoria do Município entenda que é cabível, a seguinte Habilitação Técnica:

- Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por entidade de direito público ou privado, comprovando a aptidão da empresa licitante para a prestação de serviço idêntico ou similar ao objeto da licitação;
- Certificado de Registro da Empresa Junto a Agência Nacional de transporte terrestre ANTT/CADASTUR, para os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08;
- Certificado de Registro da Empresa Junto a Agência Nacional de transporte terrestre ANTT, para os itens **09 e 10**;
- Declaração de disponibilidade de **veículos e condutores** a serem utilizados na prestação dos serviços objeto deste certame.

PROPOSTA DE PREÇOS

Sugere-se ainda que as Propostas de Preços devam ser elaboradas em conformidade com as exigências legais, não sendo superior ao preço médio apurado pelo Município.

CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- A principal meta da Administração é de um atendimento de 100% (cem por cento) das solicitações de transporte efetuadas no prazo acordado, com tolerância de 15 (quinze) minutos, de acordo com o quantitativo estimado e especificações técnicas deste Termo de Referência Horário, local e número de veículos com motoristas a serem apresentados;
- Os serviços serão geralmente executados no Estado do Espírito Santo e, excepcionalmente, em outros Estados, principalmente o Estado de Minas Gerais que faz divisa com Ibatiba;
- Os itinerários serão definidos pelo município na ordem de serviço, que deverá ser enviada à empresa com prazo mínimo de 24h (vinte e quatro) horas antes da viagem, excedo nos casos de urgência, assim classificados pela Secretária Municipal de Saúde, que poderão ser comunicados com até 5h (cinco) horas de antecedência, de acordo com as necessidades dos serviços;
- A compromissária fornecedora deverá manter preposto em Ibatiba ES, aceito pela Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento:
 - a) de servidores e/ou pessoas a serviço do município de Ibatiba;
 - b) de documentos; e





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- c) de encomendas e pequenas cargas tais como: livros, cartazes, papéis, equipamentos, e outros materiais;
- d) de transporte de cargas até 600kg;
- e) de transporte de pacientes dos SUS;
- f) de transporte de alunos em viagens de excursão;
- g) de transporte de usuários da Secretaria Municipal de Ação Social;
- h) de transporte de outras pessoas não relacionadas acima de acordo com as necessidades de cada secretaria.
- Os serviços serão solicitados através de requisição de veículos, emitida pelo Setor de Compras, contendo roteiro, motivo e justificativa, entre outros dados, visando à realização de serviço de transporte de pessoas ou entrega de documentos e/ou pequenas cargas, equipamentos, conforme indicado ou cargas maiores até 600kg;
- As requisições deverão ser entregues ao Funcionário representante da empresa Contratada;
- A contratada executará os serviços em caráter permanente ou eventual, em dias úteis e horários conforme necessidade de cada secretaria, e, excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO E/OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

- Certificado de Registro da Empresa junto à CETURB/ES (Companhia de transportes coletivos de passageiros do Estado do Espírito Santo), **somente para os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08,** com base na Norma Complementar CETURB nº 2/2012 c/c Lei Complementar Estadual nº 877/2017;
- A empresa deverá ter disponibilidade, no momento da assinatura do contrato e/ou documento equivalente, **em nome da empresa**, de no mínimo:
 - 01 (um) veículo que comporte de 01 até 07 pessoas;
 - 04 (quatro) veículos que comportem de 09 até 16 pessoas;
 - 01 (um) veículo que comporte de 17 até 26 pessoas;
 - 03 (três) veículos que comportem de 26 até 40 pessoas;
 - 01 (um) veículo do tipo Guincho Caminhão TRUCK com guincho veicular;
 - 01 (um) veículo do tipo Caminhão Guincho, Pequeno, Tipo Plataforma com rodagem Traseira Simples.
- A comprovação será feita através do CRLV de cada Veículo;
- Será necessária a apresentação de Certificado de Vinculação ao Serviço CVS emitido pela CETURB/ES dos veículos apresentados pela empresa, conforme veículo e quantitativos acima descritos.





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- Cópia de documento referente ao seguro de passageiros e terceiros, compreendendo todos os veículos dos quais a empresa sagrar-se vencedora, juntamente com o último comprovante de pagamento vigente;
- Apresentar resultado de exame toxicológico dos motoristas realizado nos últimos 6 (seis) meses;
- Curso de transporte coletivo de passageiros dos motoristas;
- Em se tratando de empresa a licitante deverá comprovar a vinculação profissional de todos os motoristas pertencentes ao quadro técnico, em que se fará da seguinte forma:
 - a) Empregado: cópia autenticada da "ficha ou livro de registro de empregados", onde se identifique os campos de admissão e rescisão, juntamente com o Termo de Abertura do Livro de Registro de Empregados ou cópia da carteira de trabalho;
 - b) Em obediência a Súmula 331 TST, o Município, fiscalizará se os funcionários (MOTORISTAS) disponibilizados para prestação dos serviços contratados possuem vínculo empregatício com a empresa contratada, bem como, o correto pagamento de benefícios estabelecidos em convenção coletiva ao qual estejam vinculados os funcionários.
 - Sócio: Cópia do Contrato Social ou alteração contratual devidamente registrado;
 - **d) Diretor**: Cópia do Contrato Social ou alteração contratual, em se tratando de empresa LTDA, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada, em se tratando de Sociedade Anônima;
- Apresentação de cópia da CNH na categoria D ou E dos motoristas que pertencem ao quadro da empresa.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- Para esses serviços a contratada deverá disponibilizar, quando solicitados e de acordo com a necessidade seguintes tipos de veículo: Veículo do tipo passeio para atender aos itens 01 e 02, Veículo do tipo Van para atender aos itens 03 e 04, Veículo do tipo micro-ônibus para atender aos itens 05 e 06, veículo do tipo ônibus para atender aos itens 07 e 08, veículo do tipo Guincho para atender ao item 09 e veículo do tipo Guincho, pequeno tipo plataforma, com rodagem traseira simples para atender ao item 10.
- O município poderá solicitar, inclusive diariamente, mais de um de cada um desses tipos de veículos, nas mesmas condições pactuadas;
- Os serviços serão solicitados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, contada a partir da entrega da solicitação do serviço, devendo os veículos estar à disposição do município no local estipulado, no mínimo, 30 (trinta) minutos antes do





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

horário determinado. O município poderá solicitar, em caso de urgência, mais de um veículo **de cada item**, nas mesmas condições pactuadas, para a mesma data.

- O cômputo da quilometragem será feita pelo município e apresentada junto com a ordem de serviço. O município deverá traçar o itinerário, a quilometragem a ser gasta para percorrer a referida rota e o valor unitário, por quilômetro e total. O início da quilometragem será computado a partir do itinerário realizado pelo Município.
- Caso seja necessário, por fatos supervenientes, que o motorista trace outra rota ou que vá a lugares não previsto no itinerário deverá apresentar justificativa, com novo itinerário e quilometragem, que só serão aceitos depois de aprovados pelo fiscal do contrato;
- Não ocorrendo a situação prevista no item anterior será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das ordens de serviços de transporte a serviço deste município, a ser conferida e aprovada pelo gestor/fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte;
- Os motoristas deverão ser contratados pela empresa vencedora, que deverá demonstrar isto no ato da contratação, devendo apresentar ainda cópia da CNH de todos os motoristas compatíveis com o tipo de veículo pelos quais estarão responsáveis ao longo da execução do objeto;
- Os veículos deverão manter as características originais e cor, preferencialmente, branca ou prata padronizada de fábrica;
- Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos e limpos interna e externamente, e com a documentação exigida;
- É vedada a sublocação de carros de praça (táxi).

DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

- A licitante vencedora deverá designar um funcionário para controle das operações, durante o horário de prestação de serviços, que se reportará ao Gestor/Fiscal do Contrato, como representante da contratada, visando ao perfeito controle de atendimentos, de acordo com o art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- O funcionário, ao receber as requisições, solicitará motorista e será responsável, entre outras atividades, as listadas abaixo:
- a) controlar a movimentação e frequência dos motoristas;
- b) escalar motoristas para tarefas em finais de semana, feriado ou em horário especial;
- c) inspecionar, diariamente, antes do início das atividades, os veículos disponibilizados, verificando a limpeza;
- d) receber requisições e providenciar veículo para atendimento;
- e) coordenar o uso e distribuição dos materiais e equipamentos;
- f) coordenar a execução dos serviços, de forma a obter um resultado eficaz, mantendo todas as dependências objeto dos serviços sempre em perfeita ordem, bem como manter permanente contato com a unidade fiscalizadora da contratante sobre a execução do contrato;





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- g) verificar se todo o pessoal está devidamente uniformizado, atentando para os detalhes de higiene pessoal (barba, cabelo, unhas, etc.) e de higiene das roupas;
- h) manter a ordem, a disciplina, o respeito, junto a todo o pessoal da contratada, orientando e instruindo seus subordinados na forma de agir;
- não permitir que os empregados da contratada se dirijam ao usuário para tratar de assuntos particulares ou não relacionados ao serviço do transporte;
- j) proceder às necessárias advertências e mesmo troca, do profissional da contratada que não atender às recomendações, cometer atos de insubordinação ou indisciplina; desrespeitar a seus superiores; não acatar as ordens recebidas; não cumprir com suas obrigações;
- k) receber, ouvir e dar solução às reivindicações apresentadas pelos profissionais da contratada, procurando sempre, dar-lhes o devido retorno quanto aos pleitos formulados;
- fazer o controle das folhas de ponto dos profissionais da contratada, acompanhando, diariamente seu correto preenchimento, e encaminhando relatório ao gestor/fiscal do contrato; e
- m) coordenar os empregados de forma a evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, com servidores, usuários e secretários municipais, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto à unidade fiscalizadora da contratante.
- O funcionário deverá prestar os serviços na sede da empresa contratada, ficando à disposição do município em dias úteis de 07:00 às 19:00 e deixando canais de comunicação para excepcional utilização aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

O Município de Ibatiba estabelecerá critério de fiscalização do cumprimento do instrumento de Ata/Contrato, por intermédio da servidora pública municipal Sr. **Jonatan Felipe Rahah de Freitas**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Chefe se Seção de Controle de Frota CC-IV, matrícula nº 27000, especialmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde para esta finalidade.

Ibatiba - ES, 05 de abril de 2022.

NILCILAINE HUBNER FLORINDO Secretária Municipal de Saúde





Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para realizar transporte, incluindo veículos (com combustível) e motoristas, devidamente habilitados, de pessoas em serviço, pacientes do SUS em tratamento fora do domicílio, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender a demanda do município de lbatiba/ES.

PREÇO MÉDIO: R\$ 4.278.680,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil e seiscentos e oitenta reais).

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01	52.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 2,32	R\$ 121.800,00
02	17.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO PASSEIO: que comportem de 01 (um) ate 07 (sete) passageiros. Veículo novo, seminovo ou com no máximo 05 (cinco) anos de uso, cinco portas, com ar condicionado, airbags dianteiros, freios ABS, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 2,32	R\$ 40.600,00
03	300.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez) anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 4,90	R\$ 1.470.000,00
04	100.000	km	LOCAÇÃO DE VEICULO VAN: que comportem acima de 09 (nove) ate 16 (dezesseis) pessoas. Veículo novo, seminovo, ou com no máximo 10 (dez)	R\$ 4,90	R\$ 490.000,00



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

- 07 - 11 ES 1	981		Comissão i cimaneme de i	inchagae e i reg	,000
			anos de uso, com 3 (três) portas, com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs		
05	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 6,17	R\$ 694.125,00
06	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO MICRO- ÔNIBUS, que comportem acima de 17 (dezessete) ate 26 (vinte e seis) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 6,17	R\$ 231.375,00
07	112.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÔNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Ampla Concorrência 75%	R\$ 7,60	R\$ 855.000,00
08	37.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO ÔNIBUS, que comportem acima de 26 (vinte e seis) até 40 (quarenta) passageiros. Com motorista, combustível e todos os acessórios, para transporte de pessoas; (de acordo com as normas de trânsito - CNT) e perfeitas condições de uso, com combustível e motoristas devidamente habilitados. Cota Reservada 25% para MEs e EPPs	R\$ 7,60	R\$ 285.000,00
09	3.500	km	LOCAÇÃO DE VEICULO GUINCHO: Caminhão TRUCK com guincho veicular a cabo de aço, com capacidade de elevação mínima de carga de 15.000 Kg, e no mínimo 40 metros cabo de aço. Veículo de carga pesada. Exclusivo para MEs e EPPs	R\$ 9,60	R\$ 33.600,00



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

10	6.000	km	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINCHO, PEQUENO, TIPO PLATAFORMA COM RODAGEM TRASEIRA SIMPLES. Potência mínima: 140 cv, capacidade mínima de carga de 1.700kg bruto, direção hidráulica, plataforma para veículos tipo passeio, Kombi e Van; Veículo com no máximo 10 (dez) anos de uso, Seguro por conta da Contratada, veiculo com combustível e motoristas devidamente habilitados. Exclusivo para MES e EPPS	R\$ 9,53	R\$ 57.180,00
				VALOR TOTAL	R\$ 4.278.680,00



Secretaria Municipal de Administração Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro

TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022

EMPRESA:			
ENDEREÇO COMPLETO:_			
CNPJ/MF DA EMPRESA:			
TELEFONE: ()		FAX:()	
E-MAIL:			
Recebi do Município de Iba 015/2022, cujos envelopes recebidos pela Pregoeira até	de Proposta de	Preços e Documentos	s de Habilitação serão
Licitações, situado a Rua Sa	lomão Fadlalah, 2	55 – Centro – Ibatiba-ES	S.
Ibatiba-ES, de	de 2022.		
_			
	_	EMPRESA	
Nome Legível:			